



ISBN: 978-980-7839-02-0



O PNLD E O SABER PROFISSIONAL DO PROFESSOR QUE ENSINA MATEMÁTICA, 1985-2000

PNLD AND THE PROFESSIONAL KNOWLEDGE OF THE TEACHER TEACHING MATHEMATICS, 1985-2000

Eliana Almeida Reis Rocha ¹

Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender as propostas de mudança no saber profissional do professor que ensina matemática, por meio da análise das diretrizes elaboradas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), pois quer saber como elas foram apropriadas por livros didáticos de matemática para os primeiros anos escolares. Na perspectiva de autores como Hofstetter e Schneuwly e Valente (2017) Valente (2008), faz-se necessário um estudo acerca das discussões sobre os saberes matemáticos e sua constituição, na tentativa de buscar compreender como se deram as apropriações por parte dos agentes envolvidos nas aprovações das leis que regiam o ensino de 1985 até o ano 2000. Além disso, observar os movimentos que antecederam suas aprovações e as implicações no campo educacional matemático é importante para compreender quais apropriações foram concebidas com base nas diretrizes estabelecidas para a aprovação do decreto do PNLD, com o objetivo de realizar análises das diretrizes orientadoras vindas do PNLD para a reconstrução, modificação dos livros didáticos.

Palavras-chave: Livro Didático. Saber Profissional. Matemática. Séries Iniciais.

ABSTRACT

This research aims to understand the proposals for change in the professional knowledge of the teacher who teaches mathematics, through the analysis of the directives elaborated by the National Textbook Program (PNLD), as it wants to know how they were appropriated by mathematics textbooks for the early school years. From the perspective of authors such as Hofstetter and Schneuwly and Valente (2017) Valente (2008), it is necessary to study the discussions on mathematical knowledge and its constitution, in an attempt to understand how the appropriations by the agents involved took place. in the approval of the laws that governed education from 1985 to the year 2000. Furthermore, observing the movements that preceded their approval and the implications in the mathematical educational field is important to understand which appropriations were conceived based on the directives established for the approval of the decree of the PNLD, with the objective of carrying out analyzes of the guiding directives coming from the PNLD for the reconstruction, modification of textbooks.

Keywords: Textbook. Professional knowledge. Mathematics. Initial Series.

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Mestre em Ensino Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). <https://orcid.org/0000-0003-1089-4661>. Endereço para correspondência: Rua Mário Seixas, 255, Bloco 20, casa 06, Candeias, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil, CEP: 45029- 054. E-mail: elianaalmeidareisrocha@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS DA MATEMÁTICA NO PNLD

Este texto tem o intuito de apresentar os estudos iniciais acerca do tema “O PNLD e as propostas de alteração do saber profissional do professor que ensina matemática, 1985-2000”, com base em estudos do projeto do grupo de pesquisa GHEMAT intitulado: A MATEMÁTICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: processos dinâmicos de produção de um saber profissional, 1890-1990, coordenado pelo professor Dr. Wagner Rodrigue Valente, iniciado no ano de 2017. O projeto tem a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) como sua agência financiadora, e agrega as pesquisas desenvolvidas coletivamente com as produções de pesquisadores para o construto de uma base teórico-metodológica embasados nas leituras do grupo ERHISE (Equipe de Pesquisa em História das Ciências da Educação) da Universidade de Genebra.

As pesquisas desenvolvidas estão sendo ampliadas em cooperação com estudos recentes sobre a formação de professores e os saberes objetivados e sistematizados, transformando-se em saberes institucionalizado posteriormente, que são apresentados por Hofstetter e Valente (2017) e por Hofstetter e Schneuwly (2017). Tomando-se por base esse estudo, levanta-se a hipótese de que esse movimento pode ter modificado o saber profissional dos professores que ensinam matemática nos primeiros anos escolares no período de 1890 a 1990. Esse projeto temático está compreendido por recortes que trazem as discussões sobre os saberes: experts, processos da matemática a ensinar e para ensinar a matemática ensinada. As temáticas específicas tratadas no projeto maior são apresentadas em eixos temáticos contendo subprojetos que servem de base prática para análise dos saberes apresentados como: saberes a ensinar e saberes para ensinar Matemática.

O projeto de pesquisa, aqui apresentado, versa sobre a análise das propostas de mudança no saber profissional do professor que ensina matemática, por meio das diretrizes definidas pelo PNLD aos livros didáticos destinados aos anos iniciais escolares. No Programa Nacional do Livro Didático está integrado às questões apresentadas no projeto temático como um elemento do subprojeto do eixo 1. A - Os experts e o processo de produção dos saberes profissionais do professor que ensina matemática 1890-1990, que apresenta a interrogação sobre o papel dos experts na elaboração dos saberes profissionais do professor que ensina matemática. Motivados pelas mudanças no processo histórico, social e profissional dos professores, os

envolvidos na criação do PNLD, realizam um novo direcionamento da formação dos saberes dos professores de matemática dos anos iniciais, por meio de livros didáticos.

Com base na revisão de literatura e análise das fontes, como: projetos de leis de ensino elaboradas e aprovadas pelo Ministério da Educação, guias e livros didáticos de matemática, revistas, jornais e vídeos relacionados ao processo de instrução do PNLD e levantamento, será possível a identificação da profissionalização desses professores que estavam diretamente envolvidos na construção das tratativas a respeito da aprovação dos livros de matemática dos anos iniciais. Para essa construção, estamos a analisar inicialmente a exposição de motivos institucionalmente apresentados para discussão e, posteriormente, votação do projeto de lei PNLD para sua aprovação. Essa análise poderá direcionar de maneira implícita ou explícita as indicações de mudança do saber profissional do professor de matemática dos anos iniciais, ficando o questionamento sobre as possibilidades de encontrar os conteúdos mais amplos das discussões dos diferentes atores representantes das instituições participantes desse processo.

Diante do exposto, as perguntas a serem respondidas na atividade de pesquisa são: Quais as diretivas traçadas pelo governo da época que coadunavam com as sugestões ou pressões dos agentes envolvidos nesse processo de indicação do projeto de lei? Como ocorreram as deliberações estabelecidas com base nas discussões realizadas pela comissão destinada a avaliar e como seus membros demarcaram seus pensamentos na elaboração do PNLD a respeito do ensino da Matemática para as séries iniciais? Quais foram as instituições, professores, intelectuais e representação pública que argumentavam sobre as diretrizes e seus argumentos apresentados na defesa das suas propostas? Quais as intenções em relação à mudança do saber estabelecidas pela comissão instituída para discutir as alterações e suas consequências no processo formativo do professor de matemática? Essas são as perguntas basilares dessa pesquisa, com intuito de realizar a construção da narrativa apresentada a partir do objeto de pesquisa, com base nas percepções dessas mudanças no campo educacional.

A TRAJETÓRIA DA CONSTRUÇÃO DO SABER MATEMÁTICO NAS SÉRIES INICIAIS

Entre os anos de 1950 e 1970, período da modernização do ensino, mais conhecido como Movimento da Matemática Moderna (MMM), teve como principais fundamentos, o cumprimento das metas e dos programas de ensino propostos pelos

idealizadores dos representantes que estavam à frente desse movimento. Os anos iniciais não tiveram muita inovação, apesar da proposta ser inserida com o objetivo da formação do professor, desde os primeiros anos escolares, para que houvesse essa transformação moderna no ensino. Como fracasso desse movimento, outras atenções foram dadas à profissionalização docente, abordam o termo sobre o processo de profissionalização docente levantando o questionamento sobre as instituições e apropriações mais “capazes de supervisionar e formar professores” (Hofslelter e Valente, 2017, p. 15). Outro ponto questionado pelos autores seria em relação aos “saberes de referência da profissão docente e as pessoas habilitadas a defini-los, produzi-los, divulga-los, transmiti-los”.

Essas questões são discutidas tanto no Brasil, quanto na Europa, por esse motivo intenta-se pesquisar sobre as diretrizes dadas pelo PNLD e suas apropriações nessas alterações do saber profissional do professor de Matemática dos anos iniciais. O aprofundamento do contexto histórico faz-se necessário por entender a necessidade de compreender as tensões existentes sobre os saberes profissionais, e como eles se concebem no campo específico da produção desses saberes.

O termo profissionalização é apresentado por Bourdoncle (2000) como, múltiplos dispositivos que são apresentados como distinção de forma e conjuntos de meios, onde, a forma é perceptível quando definidos os objetivos a serem alcançados. Os múltiplos usos da palavra profissionalização são descritos por formas e pelos elementos “facetas” úteis para que se chegue ao resultado.

A profissionalização do professor dos anos iniciais oferece instrumentos para que esses profissionais sejam caracterizados como experts, definidos por Bertini, Moraes e Valente (2017). As relações do saber que se estabelece entre o ensino e a formação, que se dá no âmbito universitário, são caracterizadas por um saber profissional. Esse saber pode ser apresentado por meio das exigências estabelecidas pela Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases (LDB), art. 96, que se refere à formação do professor. Autores como Gatti (2010) e Souza (1998) afirmam que a formação e o currículo não passam por campos separados das intenções socioculturais e políticas de uma época, mediante mobilizações que reuniam ações para tomar medidas impostas. Amparado nas concepções de mudanças no âmbito profissional, podemos traçar um panorama das leis que antecederam a articulação do PNLD.

Em 1930, por meio do Decreto-Lei nº 19.402, de 14 de novembro, é criada a Secretaria de Estado. Essa Secretaria foi denominada Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, que na visão de Montovani (2009) apresenta como o

próximo passo, após a constituição de uma secretaria nacional de Educação criado pelo Estado, servindo de regulamentação da produção e distribuição de livros didáticos nas escolas em todo Brasil. A primeira lei que trata do livro didático no Brasil se deu em 1938, pelo Decreto-Lei nº 1.006, em 30 de dezembro do mesmo ano, montou-se a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), conselho este que era responsável pelo estabelecimento de condições necessárias para a adoção dos próprios. Telo (2019) apresenta a disputa e interesses de diversos setores da sociedade, em torno da sua aprovação e a pressão dos grupos predominantemente poderosos, com o intuito de traçar às diretrizes educacionais do período.

Esse campo de disputa é representado na área educacional, que nos convida a fazer o exercício de busca por vestígios dessas tensões, no que se refere ao campo profissional, com as ideias do autor, como um “Local de espaço relacional estruturado numa lógica científica de luta e poder campo, próprio de sua área em relação aos agentes e espaços específicos de seu campo afins.” (BORDIEU, 2001, p. 53).

Os agentes podem ser vistos como pesquisadores da história e demais campos científicos que procuram por uma verdade que lhe é própria. A esse exemplo, podemos citar os pesquisadores que examinam o papel da Educação que estão ou vão além da sala de aula.

“Só uma teoria global do espaço científico, como espaço científico, como espaço estruturado seguindo lógicas simultaneamente genéricas e específicas, permite compreender realmente um determinado ponto desse espaço, laboratório ou investigador particular” (BORDIEU 2001, p. 52).

Na concepção de representantes das comissões instituídas como representante dessa comissão, os principais agentes desse período que merecem destaque são: os professores Ary Norton de Murat Quintella, que foi convidado pelo ministro da Educação para participar de comissões e bancas composta para a análise do livro didático e Jacomo Stávale que inspiraram Osvaldo Sangiorgi mais tarde, Valente (2008). Lançando em 1960, sua coleção de Matemática Moderna e que também participou da comissão como escritor da Companhia Editora Nacional. Sua formação em Ciências Matemáticas, pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo (USP), serviu como base para a editoração dos seus livros. Além disso, foi professor da Escola Normal do Brás “Instituto Feminino de Educação Padre Anchieta”, em São Paulo.

No Governo Militar, em 1966, as fontes para o Desenvolvimento Internacional (USAID) serviam de base para o MEC. Essa Agência Norte-americana, USAID, servia

de base para a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), cujos membros coordenava as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático. Esse acordo teve o intuito de garantir 51 milhões de livros no período de três anos. Nesse período, o ensino da matemática recebe instruções do movimento internacional propostas pelo MMM. Autores, como Sangiorgi, têm seu nome reconhecido na Companhia Nacional, conforme apresentado por Valente (2008). Sob a liderança do Grupo de Estudos do Ensino da Matemática - GEEM, Sangiorgi inteira-se à comissão responsável pela autoria dos livros da Matemática Moderna.

Em 1971, a Lei 5692/1971, que aborda sobre a elaboração de novos currículos, pela primeira vez, foi integrada à Guia do Livro Didático - subordinado às opiniões conceituais discriminatórias. O Decreto-Lei nº 91.542, de 19 de agosto, mediante a criação do Programa Nacional do Livro didático (PNLD), estabelece a distribuição do livro didático para todas as escolas oficiais de 1º grau, por meio da FAE, das Secretarias de Educação, órgãos municipais e associações comunitárias, em 1985. Conforme apresentado por Niskier (1991), esses livros eram analisados por professores das Faculdades de Educação, ocupantes das cadeiras de didática específica.

O PNLD 1997 foi coordenado pela Secretaria do Ensino Fundamental (SEF) do MEC, e foi nomeado um coordenador para cada área do conhecimento – Ciências, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática, e, segundo Montovani (2009), esses coordenadores selecionaram professores especialistas para serem os avaliadores. Essas equipes eram compostas por 25 pessoas especialistas na área do conhecimento em relação ao Ensino Fundamental, além disso, indicava-se que tivessem experiências acadêmicas.

O texto, citado anteriormente, apresenta um levantamento dos livros didáticos realizados pela própria autora nos anos iniciais dos inscritos no programa, em 1997, cuja tabela foi apresentada e dividida por categoria como: livros excluídos, recomendados, não recomendados ou recomendados com ressalvas. Esse processo era feito seguindo as instruções de um laudo técnico que apresentava os critérios e norteavam a avaliação das obras recomendadas pelos professores, que conforme apresentados, geraram conflitos entre o MEC e autores dessas obras. Em 1998, o processo avaliativo passa a ser realizado pelo FNDE, e não mais pela FAE. Sendo alterado alguns critérios de classificação que abordaremos durante a pesquisa.

Ao considerarmos o estudo realizado por Montovani (2009), na sua conclusão, a autora traz o seu olhar voltado para os cursos de formação de professores, entende que

os alunos ficam prejudicados, em razão dos livros serem apresentados como os melhores, porém não promovem a formação docente de forma geral. E conclui ainda que os livros mais bem avaliados são os considerados pelos professores e alunos como os mais difíceis. Além do mais, a pesquisadora considera que as questões como salário, infraestrutura e recursos didáticos, influenciam de forma direta na qualidade do ensino.

COMO ANALISAR O SABER DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA - FONTES E FATOS

O exercício de busca pelos documentos da pesquisa para identificação dos objetivos, aqui apresentados, nos coloca em jogo a questões social e cultural no momento que se concebe a formação desses agentes envolvidos no processo de construção e/ou modificação do saber que envolvem o período histórico. Segundo Borba e Valdemarin (2010), o pesquisador deve manter posicionamento social, dando a devida atenção ao processo caracterizado no texto como o ato de pesquisar os documentos. Ao analisar os pareceres elaborados por professores membros das comissões, em outro tempo histórico com outra formação é compreendido por meio da tarefa epistemológica.

A metodologia adotada neste trabalho se baseia nos elementos epistemológicos – propostas de construção do objeto histórico. Essa “questão epistemológica” é apresentada no processo de pesquisa, no exercício realizado para encontrar as fontes, com o intuito de buscar o objeto a ser conhecido, essa é a fase que passamos para que sejam identificadas as fontes. Na busca por conhecimento dos participantes da ação, que no caso da pesquisa aqui mencionada são os membros das comissões, nos coloca na reflexão do conhecimento do objeto a ser percebido - mudanças no saber profissional do professor ocasionado pelas mudanças propostas pelas comissões. A posição a ser tomada nos coloca no possível entendimento do campo profissional, tornando-se real “na condição de objeto do conhecimento historicamente constituído” que irão direcionar diretamente na formação de professores, reflexos na participação de transformações no campo científico apresentado no Nível Superior que trataremos em outro momento da pesquisa.

Considerando a relação definida por Bachelard (1996) como *via de mão dupla*, que coloca o ato de pesquisar como algo que está inserido de forma plena entre método, dúvida e objeto, lança-se a pergunta baseando-se nessa relação: a documentação e a experiência dos profissionais envolvidos nas comissões e suas intensões em relação às

mudanças dos saberes matemático. Sobre o objeto apresentado como as diretrizes pensadas para as mudanças do livro de Matemática das séries iniciais, nos apoiamos no texto de Valente (2008) que apresenta uma forma de olhar sobre a história do livro didático. Pensando nessa vertente de contribuição da discussão em Educação Matemática e como contribuição para essa área do conhecimento, interessa-nos saber a respeito das propostas inseridas pelas comissões implementando critérios de avaliação do PNLD que poderiam interferir no âmbito educacional de modo mais amplo:

A prática de analisar livros didáticos apenas e tão-somente focalizando seus conteúdos internos, que mencionamos ocorrer em pesquisas sobre educação matemática, é algo presente noutras áreas. No entanto, mais recentemente, as investigações têm ampliado esse restrito modo de considerar tais materiais (VALENTE, 2008. p.158).

Ao ser considerado como fonte de pesquisa, os materiais que estavam diretamente inseridos no processo de transformação do ensino brasileiro e como foram realizadas tais deliberações, por meio dessa análise, podemos traçar percepções dessas mudanças no campo educacional. Referendamo-nos, dessa maneira, a citação de Borba e Valdemarin (2010) para refletir sobre as atividades apresentadas no movimento de busca pelas fontes que serão ajustadas, conforme a necessidade. Esse ajuste é feito de forma que contemple os direcionamentos sugeridos pela orientação, uma vez que o processo construtivo pode ser possível de mudanças. A atividade de pesquisa necessita de um momento que além de um bom planejamento, previamente estabelecido, seja um processo crítico e reflexivo.

CAMINHOS DO SABER PROFISSIONAL NOS LIVROS DE MATEMÁTICA

A apresentação realizada nesse texto representa uma pequena parte das concepções que foram obtidas e percebidas com base nas fontes históricas que contempla essa pesquisa. O que é perceptível até o momento, foi a possível identificação das atividades governamentais em relação as questões envolvendo a Educação Matemática brasileira, uma vez que uma pequena parcela de profissionais que foram envolvidas nessa atividade, *membro das comissões*, muitas vezes não são citadas ou mencionadas em outros estudos que tratam do tema. Essa lacuna apresentada nos coloca em conflito com as propagandas, bem como nas atividades educacionais divulgadas como ações que trarão benefícios á sociedade.

A propaganda do Governo Militar, em 1966, a que apresenta a Agência Norte-americana para o USAID, que é bailadora para a criação da COLTED, passa por

mudança, sendo destituída anos posteriores. Nesse período, o ensino da matemática recebe instruções e se apropria do movimento internacional propostas pelo MMM.

A chamada pública do Plano Nacional do Livro Didático era feita por diversos líderes de ideologias diferentes para que a própria fosse composta pela comissão, segundo propagandas da época. Em um vídeo do Arquivo Nacional, cujo título apresentado como: “Um livro na mão: Comissão do Livro Técnico e Livro didático (1970)”, nele é apresentado a campanha do livro didático como “alimento”, fazendo uma alusão ao caminhão que carrega o alimento para todo o país, o mesmo que transporta o livro. Essa era a forma de apresentação da propaganda na perspectiva de cada região, conforme ordem citada no vídeo e apresentada no quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Bibliotecas brasileiras: Comissão do livro didático - COLTED

Estados	Nome da biblioteca
Acre	Biblioteca que se forma - Caixa Estante
Manaus no Rio Negro	COLTED
Belém do Pará	Comissão do livro técnico e do livro didático
Recife	Mais livros, mais alimentos
Bahia	O brasileiro ler
Goiás / Minas	O brasileiro escreve, o brasileiro avança
São Paulo / Paraná	O brasileiro se comunica
Rio Grande do Sul	Criar e manter bibliotecas na escola

Fonte: INEP (1970); Vídeo – Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rseAUBXFXmo>

A propaganda cita a tiragem de obras técnicas e didáticas que estavam sendo distribuídas para todas as escolas públicas e particulares, de forma gratuita. Conforme apresentado na campanha nacional, realizada pela comissão, a distribuição do livro didático enfatizava que os professores seriam vistos como intermediário e orientador da biblioteca. Os próprios faziam cursos preparativos no Rio de Janeiro e levava as instruções para os demais profissionais.

Nas secretarias funcionavam as comissões estaduais do livro técnico e do livro didático, denominadas SELTEDS - ligadas entre as secretarias e a COLTED, criado pelo Decreto nº 68.728, de 11 de junho, de 1971, ficando responsável pela política dos livros técnicos e didáticos. Essas comissões propunham as soluções educacionais indicadas para as regiões e estados. Em 1971, a Lei 5692/1971 que aborda sobre a elaboração de novos currículos, pela primeira vez, foi integrada à Guia do Livro Didático. Livros que, para Niskier (1991), eram técnicos, cheios de conteúdos e não apresentavam explicações, sendo essas as queixas frequentes dos professores.

Nesse período, percebe-se uma grande movimentação em relação a mudanças promovidas em âmbito nacional, a preparação para uma nova forma de se conceber o ensino torna-se mais perceptível e perpassa pela mudança nos anos iniciais. O saber profissional do professor torna-se urgente e necessário quando as universidades começam lançar mão da criação de cursos de licenciaturas em Matemática, antes ofertados como Ciências (três mais um). No quadro 2, apresentamos a configuração cronológica das leis que regeram o ensino na década de 1990:

Quadro 2 – Leis educacionais aprovadas na década de 1990

Tema basilar da Lei	Ano
SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica)	1990
Diretrizes políticas do Governo Federal no fomento aos programas de educação a distância	1991
A comissão especial para elaborar o Plano Decenal de Educação para Todos	1993
Criação da TV Escola. Protocolo celebrado entre o MEC, Ministério das Comunicações e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Criado o PMDE (Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental).	1995
Medida Provisória nº 1784	1995
Foram estabelecidos critérios para a aprovação do livro didáticos, sobre a proibição de expressar preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, além de chamar atenção para o não cometimento de erros conceituais relativos à cada área.	1996
O processo avaliativo passa a ser realizado pelo FNDE, e não mais pela FAE. Sendo alterado alguns critérios de classificação que abordaremos em outros momentos da pesquisa.	1998

Fonte: Site MEC (2021);

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ainda em fase inicial, a pesquisa já pode trazer reflexões com base nos documentos selecionados para análise. Essa percepção foi possível após leituras e busca pela construção do objeto em estudo, que são as diretrizes apresentadas pelas comissões, pensando nas mudanças de análise do livro de Matemática das séries iniciais. Como pensaram e a forma de concepção dessas mudanças no campo educacional? Essas questões poderão ser respondidas e refletidas ao analisarmos as questões sociais e políticas envolvendo esse tema de grande relevância para a Educação Matemática.

Um fato que chama atenção na pesquisa é sobre a edição da lei que em pouco mais de uma década, entre 1985 e 1997, ocorreram cinco edições do PNLD para alunos

do primeiro segmento, do Ensino Fundamental, cujos livros deveriam ser aprovados pelo governo. As análises desses livros eram feitas por meio de avaliações pedagógicas, que se iniciaram em 1996 e estava focada nos livros dos primeiros anos escolares.

REFERÊNCIAS

- Bachelard, G. (1996). *A formação do espírito científico*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto Editora.
- Bertini, L. F.; Morais, R. S.; Valente, W. R. (2017). *A Matemática a ensinar e a matemática para ensinar – Novos estudos sobre a formação de professores*. São Paulo: L F Editorial.
- Bourdieu, P. (2001). *Para uma sociologia da ciência* Lisboa: Edições 70.
- Bourdoncle, Raymond. (2000) *Autour des mots: professionnalisation, formes et dispositifs*. *Recherche et Formation*, n. 35, p. 117-132.
- Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. (1998). *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF.
- Hofstetter, R., & Valente, W. R. (2017). *Saberes em (trans) formação: tema central a formação de professores*. 1 ed. São Paulo: Editora da Física.
- Hofstetter, R., & Schneuwly, B. (2017). *Saberes: um tema central para as profissões do ensino e da formação*. In R. Hofstetter & W.R. Valente (Org.). *Saberes em (trans) formação: tema central a formação de professores* (pp. 113-172, 1 ed.). São Paulo: Editora da Física.
- Mantovani, K. P. (2019). *O programa nacional do livro didático – pnd: Impactos na qualidade do ensino público*. (Dissertação em geografia humana). Universidade de São Paulo. São Paulo. Recuperado de https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-24112009-152212/publico/katia_paulilo_mantovani.pdf
- Niskier, A. (1991). *S. O. S. educação: sugestões para a virada do século*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Souza, R. F. (1998). *Templos de civilização. A implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP.
- Telo, R. M., & Schubring, G. (2018). *A Comissão Nacional do Livro Didático e a avaliação dos livros de matemática entre 1938 e 1969*. *Revista brasileira De História Da Educação*, 18, e014. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/42909>

Um livro na mão: Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (1970). *Arquivo Nacional*. (Vídeo) Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=rseAUBXFXmo>

Valente, W. R. (2008). Livro didático e educação matemática: uma história inseparável. *Zetetike*, 16(2). Recuperado de <https://doi.org/10.20396/zet.v16i30.8646894>

Valente, W. R. Bertini, L. F.; Morais, R. S. (2017). Novos aportes teórico-metodológicos sobre os saberes profissionais na formação de professores que ensinam matemática. *Acta Scientiae – Revista de ensino de ciências e matemática*. Canoas, RS: Ulbra, V.19 n.2 p.224-235 mar./abr. 2017b. <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/acta/article/view/2816/2299>